

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Uma despesa orçamentária foi fixada no mês de janeiro com a aprovação da lei orçamentária anual, empenhada no mês de fevereiro, liquidada no mês de março e paga no mês de abril.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir, tendo em perspectiva o regime orçamentário e o regime contábil do setor público brasileiro.

- 51** Pelo regime contábil, para se evidenciar o impacto no patrimônio, uma variação patrimonial diminutiva deve ser registrada no mês abril, quando houve o pagamento da despesa.
- 52** De acordo com o dispositivo legal que rege o regime orçamentário, pertence ao exercício financeiro a despesa legalmente empenhada, no mês de fevereiro.

Julgue os próximos itens, com base nas regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as respectivas naturezas da informação contábil.

- 53** No registro da aprovação da lei orçamentária anual, deve ser lançado um débito na classe 5, referente a controles da aprovação do planejamento e orçamento, e um crédito na classe 6, referente a controles da execução do planejamento e orçamento, em contas de natureza de informação orçamentária.
- 54** No recebimento de um bem em doação, deve ser lançado um débito na classe 1, referente ao ativo, e um crédito na classe 8, referente a controles devedores, em contas de natureza de informação patrimonial.

Conforme o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) para o tratamento contábil de estoques e de ativos imobilizados, julgue os itens que se seguem.

- 55** Eventuais perdas decorrentes de desconhecimento de item do ativo imobilizado devem ser reconhecidas em contas de patrimônio líquido.
- 56** Os estoques mantidos para distribuição gratuita devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o custo corrente de reposição.

Em relação ao tratamento contábil de ativos contingentes e de provisões no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 57** Nenhuma provisão deve ser reconhecida para despesas que ainda devam ser incorridas para operar no futuro.
- 58** Um ativo contingente é um ativo provável que resulta de eventos presentes cuja existência seja confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que estejam sob o controle da entidade.

Julgue os itens seguintes, acerca do tratamento contábil da redução ao valor recuperável de ativos geradores de caixa e de ativos não geradores de caixa no setor público.

- 59** Se o valor recuperável de um ativo gerador de caixa for menor que o seu valor contábil, o valor contábil desse ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável.
- 60** Ainda que não haja indicação de potencial perda por redução ao valor recuperável para um ativo não gerador de caixa, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável de serviço.

Julgue os itens que se seguem, considerando o disposto na NBC T SP 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros.

- 61** A mudança na base de mensuração é uma mudança na estimativa contábil.
- 62** Quando não for possível determinar o montante do erro para todos os períodos anteriores, a entidade deve retificar a informação comparativa prospectivamente a partir da data mais antiga praticável.
- 63** Não é permitida a mudança de uma política contábil caso a nova política não possa ser aplicada prospectivamente a partir de qualquer período anterior.

As seguintes transações foram registradas em uma entidade pública em seu primeiro exercício financeiro já encerrado.

- Aprovação da lei orçamentária anual no valor de \$ 150 mil, tendo sido a despesa fixada no mesmo valor da receita prevista.
- Lançamento de impostos no valor de \$ 120 mil, tendo sido arrecadados 80% desse valor.
- Empenho, liquidação e pagamento referentes à aquisição de equipamentos no valor de \$ 90 mil.
- Empenho e liquidação de serviços no valor de \$ 50 mil, 100% inscritos em restos a pagar processados.
- Recebimento de um imóvel em doação no valor de \$ 100 mil.

Tendo como base as informações apresentadas, julgue os itens subsequentes, a respeito da elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).

- 64** O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi deficitário em \$ 30 mil.
- 65** O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais foi superavitário em \$ 170 mil.
- 66** O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro foi superavitário em \$ 6 mil.

Acerca do conceito, da finalidade, dos objetivos, da abrangência e da atuação da auditoria governamental, julgue os itens a seguir.

- 67** A auditoria governamental pode ser exercida tanto por unidades de controle interno dos órgãos públicos quanto por órgãos de controle externo, como tribunais de contas.
- 68** A auditoria governamental, ao avaliar a conformidade de atos e fatos administrativos com a legislação aplicável, limita-se à verificação da legalidade, não sendo parte de seu escopo a análise de aspectos de economicidade, eficácia e eficiência.

Julgue os itens a seguir, relativos aos tipos de auditoria governamental e às suas aplicações práticas no contexto da administração pública.

- 69 A constatação de sobrepreço pela auditoria de obras públicas, decorrente da adoção de coeficientes de produtividade superiores aos parâmetros referenciais oficiais, impõe, por si só, a imediata suspensão do contrato e a reversão dos valores pagos até a adequação dos preços unitários pactuados.
- 70 A auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados deve considerar os controles gerais e os controles específicos do sistema, sendo essencial avaliar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações processadas.
- 71 A auditoria de conformidade tem por objetivo principal avaliar a consonância dos atos de gestão com os princípios constitucionais da administração pública e com os normativos legais e regulamentares vigentes.
- 72 A auditoria de demonstrações contábeis realizada por órgãos de controle externo tem como foco exclusivo a verificação da correta aplicação dos princípios contábeis geralmente aceitos no setor público, sendo vedada a emissão de opinião sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis.
- 73 A auditoria operacional e a avaliação de programas de governo preocupa-se com o cumprimento das normas legais, tendo caráter predominantemente normativo e sancionador.

Com base nos princípios e nas normas aplicáveis à auditoria governamental, em especial quanto ao planejamento da auditoria, julgue os próximos itens.

- 74 O conceito de materialidade em auditoria governamental está associado ao valor monetário dos desvios detectados, não sendo aplicável a questões qualitativas, como a relevância social do programa auditado.
- 75 A determinação do escopo de uma auditoria governamental corresponde à delimitação dos aspectos e temas a serem examinados, podendo incluir os objetivos, as unidades auditadas, o período de abrangência e os critérios de auditoria adotados.
- 76 A matriz de planejamento da auditoria organiza os principais elementos do planejamento, como objetivos, escopo, critérios, riscos e estratégias de auditoria, funcionando como uma espécie de mapa para a execução do trabalho.

Julgue os itens a seguir, acerca da execução da auditoria governamental.

- 77 O programa de auditoria é um documento que deve ser elaborado durante a fase de planejamento, com base nos objetivos definidos para a auditoria, e pode ser ajustado ao longo da execução conforme surgirem novos riscos ou informações relevantes.
- 78 A técnica da revisão analítica deve ser empregada apenas na fase de encerramento dos trabalhos de auditoria, sendo inadequada para uso durante o planejamento ou a execução da auditoria.
- 79 A elaboração de papéis de trabalho visa documentar os procedimentos executados pelo auditor, sendo facultado ao auditor o registro das conclusões alcançadas em cada procedimento aplicado.
- 80 Testes substantivos visam obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade das informações produzidas pelos sistemas auditados, e podem ser realizados mesmo na ausência de testes de controle.

Acerca da comunicação dos resultados de auditoria governamental, julgue os itens subsequentes.

- 81 A ausência de manifestação formal conclusiva no relatório de auditoria sobre a regularidade de alguns dos atos fiscalizados invalida o processo de controle, pois compromete o juízo técnico que deve subsidiar as decisões do órgão de controle.
- 82 O relatório de auditoria governamental deve ser redigido de forma clara, objetiva e completa, com linguagem acessível e estrutura que permita a compreensão dos achados e suas implicações pela administração auditada e pelas demais partes interessadas.

Com base na legislação vigente e na doutrina majoritária, julgue os itens a seguir, acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios, poderes e atos da administração pública.

- 83 No âmbito do processo administrativo federal, a permissão, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, da avocação temporária de competência atribuída a órgão diverso é manifestação precípua do poder hierárquico da administração pública.
- 84 Por força do princípio da indisponibilidade do interesse público pela administração, o administrador, em regra, não pode renunciar a competências, poderes e direitos da administração pública.
- 85 São princípios da administração pública expressos na Constituição Federal de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 86 As entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que contribuem com a administração pública para a prestação de atividades de interesse social, razão pela qual integram formalmente a administração indireta.
- 87 É desnecessária a explicitação do motivo para a validade da exoneração de servidor público ocupante de cargo em comissão, razão pela qual o motivo eventualmente declarado pela administração pública não será determinante para a configuração lícita do ato administrativo exoneratório.

Com fundamento na legislação vigente e na doutrina majoritária, julgue os itens a seguir, acerca de intervenção do Estado sobre a propriedade privada, licitações, parceria público-privada, controle e poderes da administração e improbidade administrativa.

- 88 A sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do seu poder regulamentar é instrumento idôneo do controle legislativo da administração pública.
- 89 Segundo a legislação vigente, parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.
- 90 Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
- 91 Em se tratando de requisição administrativa, modalidade de intervenção do Estado na propriedade privada, em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da existência de dano.
- 92 Concorrência, leilão, concurso, pregão e diálogo competitivo são modalidades de licitação previstas na Lei n.º 14.133/2021, sendo defeso ao gestor público combiná-las.

Julgue os itens seguintes, no que se refere a diversos aspectos do direito constitucional.

- 93** Caso agentes penitenciários federais venham a falecer em decorrência de agressão sofrida no exercício de suas funções, seus cônjuges ou companheiros terão direito ao recebimento de pensão por morte vitalícia, que deve ser paga em valor correspondente à remuneração do cargo.
- 94** A alteração da Constituição Federal por meio de emendas constitucionais decorre do poder constituinte originário.
- 95** A União pode excepcionalmente realizar intervenção federal nos municípios localizados em territórios federais, mas não pode intervir nos municípios dos estados-membros.
- 96** Um exemplo da utilização do mecanismo de freios e contrapesos ocorre quando o Senado Federal aprova um nome indicado para ministro do Supremo Tribunal Federal.
- 97** Para que possam ingressar em juízo na defesa de seus direitos, os indígenas devem comprovar previamente a sua capacidade processual.
- 98** O controle incidental ou difuso da Constituição é exercido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar as ações diretas de inconstitucionalidade.
- 99** Não é cabível a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental contra vetos presidenciais.
- 100** O direito de propor ação direta de inconstitucionalidade é garantido a partido político, desde que tenha representação em ambas as Casas Legislativas.
- 101** O presidente da República deverá solicitar previamente a autorização do Congresso Nacional para decretar o estado de sítio.
- 102** O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é um imposto de competência dos municípios.

Em relação ao sistema de contas nacionais, ao balanço de pagamentos e às identidades macroeconômicas básicas, julgue os itens a seguir.

- 103** Todas as transações econômico-financeiras realizadas internamente pelos residentes de um país constituem o balanço de pagamentos, o qual contém a conta de transações correntes, que, por sua vez, é constituída por investimentos e empréstimos.
- 104** A Renda Nacional (RN) se diferencia do Produto Nacional Bruto (PNB) por não levar em consideração os impostos, tampouco a depreciação dos bens de capital.

Considerando o modelo keynesiano básico, julgue o item a seguir.

- 105** Como a condição de equilíbrio no mercado do produto é dada pela igualdade da oferta agregada de bens e serviços e da demanda agregada de bens e serviços, considerando-se uma economia fechada e com governo, tem-se

$$Y = DA = C + I + G$$

em que:

Y = nível de produto do sistema econômico;

DA = demanda agregada;

C = consumo agregado;

I = investimentos privados; e

G = demanda por bens e serviços do setor público.

Em relação ao modelo IS-LM, julgue os próximos itens.

- 106** Quanto menor for a elasticidade da demanda por moeda em relação à taxa de juros, mais inclinada será a curva LM (Liquidity Preference – Money Supply).
- 107** Nesse modelo, a taxa de juros e o nível de produto não são determinados conjuntamente pelo equilíbrio simultâneo dos mercados de bens e monetário.

Acerca de gasto público, mercado e regulação, julgue os itens seguintes.

- 108** Um mercado possui concorrência perfeita quando é caracterizado por um grande número de vendedores e compradores de um produto homogêneo, sem barreiras à entrada de mais empresas nesse mercado, de modo que nenhuma empresa ou consumidor possa influenciar os preços ou a quantidade do produto nesse mercado.
- 109** Quando o governo financia o déficit com a emissão de títulos públicos, a taxa real de juros sobe, o que reduz a demanda do setor privado, levando a um nível de renda igual ou menor que o inicial.
- 110** Regulação pode ser entendida como a intervenção do Estado na economia por meio de leis, normas e controles, com o objetivo de corrigir falhas de mercado e promover o bem-estar coletivo.

No tocante a regulação por incentivos e regulação para competição, julgue os itens que se seguem.

- 111** Regulação econômica para competição refere-se a políticas com que o governo controla preços como tarifas públicas e(ou) decide regras de participação e atuação no mercado, buscando a defesa da concorrência e o bem-estar social.
- 112** Na regulação por incentivos, o regulador procura estimular o ganho de produtividade das empresas a partir do estabelecimento de níveis de custos operacionais eficientes a serem reconhecidos e incorporados à tarifa.

Julgue os itens a seguir, que dizem respeito a coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados, bem como a segurança da informação.

- 113** Os problemas de integridade em um sistema de informações ocorrem quando os valores armazenados devem atender regras de consistência e quando novas restrições são adicionadas, é difícil alterar os programas para aplicá-las.
- 114** De acordo com a lei que regula o acesso a informações, são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou cujo acesso irrestrito possa colocar em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares
- 115** Segundo a lei que regula o acesso a informações, o tratamento da informação sigilosa visa identificar ou deixar identificáveis as informações relacionadas à pessoa natural.
- 116** Uma das atividades de um administrador de banco de dados é a revogação de privilégios, realizada para cancelar certos privilégios que foram concedidos anteriormente a determinadas contas.

Julgue os seguintes itens, relativos a bancos de dados relacionais.

- 117** Em arquivo de registros ordenado sequencialmente, a chave de busca do índice de agrupamento (*clustering index*) também define a ordem sequencial do arquivo.
- 118** O operador `BETWEEN` restringe a quantidade de campos a serem excluídos no comando `DELETE`.
- 119** Em um banco de dados, uma chave primária identifica mais de uma tupla dentro de uma relação.
- 120** No banco de dados relacional, uma *view* é uma estrutura disponibilizada pelo SGBD para armazenar tabelas e permitir acesso conforme as regras implementadas para o seu acesso.